

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 15872/2023

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições especificações, quantidade, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. Fundamentação legal: A presente contratação se dará por meio de Pregão Eletrônico via Registro de Preço, com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ATA de Registro de Preço;

1.5. Tipo: Menor preço por lote, nos termos da lei nº 8.666/93;

A escolha do critério de julgamento do tipo menor preço por lote se dá pela necessidade de se preservar a integridade qualitativa de cada grupo, uma vez que que vários prestadores de serviço poderão implicar na descontinuidade da padronização dos materiais e dificultar seu gerenciamento, não sendo tecnicamente vantajoso à administração a adoção do menor preço unitário.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e seus respectivos quantitativos:



ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
LOTE 01 – PULSEIRAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO				
1	462284	PULSEIRA PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA COR VERMELHA - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: “ HMRS - CTU ATENDIMENTO ”, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL, QUE PERMITA A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	3.400
2	471306	PULSEIRA PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA COR LARANJA - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: “ HMRS - CTU ATENDIMENTO ”, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL, QUE PERMITA A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	7.900
3	471307	PULSEIRA PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA COR AMARELO - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: “ HMRS - CTU ATENDIMENTO ”, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL, QUE PERMITA A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	27.000
4	471308	PULSEIRA PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA COR VERDE - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: “ HMRS - CTU ATENDIMENTO ”, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL, QUE PERMITA A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	61.000



5	471309	PULSEIRA PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO COR AZUL - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: "HMRS - CTU ATENDIMENTO", CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL, QUE PERMITA A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	13.500
LOTE 02 – PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES				
6	465090	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES INTERNADOS, EM CARTUCHO, NA COR BRANCA - TAMANHO ADULTO, BOBINA COM 200 PULSEIRAS. CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL. QUE PERMITE A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE TODA A INTERNAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA DE QUALIDADE COM DURABILIDADE MÍNIMA DE 15 DIAS, LIVRE DE LÁTEX. COM IMPRESSÃO RESISTENTE AO CONTATO COM ANTISSEPTICOS. QUE PERMITA A IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE COM NOME COMPLETO, IDADE, DATA DE NASCIMENTO, Nº REGISTRO, NOME DA MÃE E DATA DE INTERNAÇÃO. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM. EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS. A EMPRESA DEVERÁ FORNECER IMPRESSORA TÉRMICA EM COMODATO	BOBINA	76
7	471309	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR AZUL - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: "HMRS - RISCO DE QUEDA", CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL. PERMITE A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE TODA A INTERNAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	4.000
8	471308	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR VERDE - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: "HMRS - LESÃO POR PRESSÃO", CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL. PERMITE A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE TODA A INTERNAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	4.000



9	471306	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR LARANJA - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: "HMRS - PRECAUÇÃO" , CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL. PERMITE A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE TODA A INTERNAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	4.000
10	462284	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NA COR VERMELHA - COM IMPRESSÃO NA SUPERFÍCIE: "HMRS - ALÉRGICA" , CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO FLEXÍVEL, LISO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E NÃO ALERGÊNICO. MATERIAL NÃO PLÁSTICO, FECHAMENTO POR LACRE ADESIVO INVOLÁVEL, PERMITE A SUA UTILIZAÇÃO DURANTE TODA A INTERNAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ETC. TAMANHO APROXIMADO DA PULSEIRA 2,5CM X 27CM. EMBALAGEM CONFORME PORTARIA DO MS.	UNIDADE	4.000

A empresa vencedora do LOTE 2 deverá fornecer, em regime de comodato, 02 (duas) impressoras térmicas compatíveis com as bobinas de pulseiras térmicas, para possibilitar o uso e a pronta substituição em caso de defeito, bem como fornecer o devido treinamento e assistência.

2.2 Cores e significados:

Pulseiras de Classificação de Risco:

2.2.1 Classificação de Risco na cor Vermelha: Quando HOVER emergência no atendimento.

2.2.2 Classificação de Risco na cor Laranja: Quando HOVER MUITA URGÊNCIA no atendimento.

2.2.3 Classificação de Risco na cor Amarelo: Quando HOVER URGÊNCIA no atendimento.

2.2.4 Classificação de Risco na cor

2.2.5. Classificação de Risco na cor Vermelha: identificação do paciente (nome completo, idade, data de nascimento, nº de registro, nome da mãe e data de internação);

Pulseiras de Identificação:

2.2.6. Azul: sinaliza que o paciente tem risco DE QUEDA e demanda atenção;

2.2.7. Verde: lesão por pressão, demanda cuidados, atenção e avaliação do enfermeiro para orientações/acompanhamento;



2.2.8. Laranja: alerta que o paciente está em precação (contato, aéreo, gotículas, padrão);

2.2.9. Vermelho: sinaliza que o paciente possui alergias;

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição das pulseiras de identificação é de extrema importância tendo em vista a necessidade de identificação correta do atendido, processo pelo qual se assegura ao paciente a destinação de determinado tipo de procedimento ou tratamento, prevenindo a ocorrência de erros e enganos que o possam lesar, assim minimizando erros de identificação. Estas premissas estão normatizadas pela portaria Nº 529 GB/MS, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que tem como objetivo geral contribuir para a qualificação do cuidado em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional e pela Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)- RDC nº 36, de 25 de Julho de 2013.

3.2. O material solicitado visa atender a demanda da Unidade requisitante no atendimento aos pacientes, com a correta identificação de suas necessidades e limitações, fazendo com que o trabalho dos profissionais de Saúde seja mais eficiente e com menos riscos de erros que possam prejudicar o tratamento da população assistida.

3.3. Tal aquisição tem o objetivo de suprir a demanda do Hospital Municipal Raul Sertão pelo período de 12 (doze) meses.

3.5. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe técnica da Unidade Requisitante, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas em seu documento, cabendo ao servidor, que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.

4. ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL PARA CONTRATAÇÃO

4.1 Se o comprimento adicional da pulseira de identificação tiver que ser cortado, a equipe deve ser capaz de fazer isto com segurança, de preferência sem o uso de



tesoura, pelo risco de incidentes. As extremidades do corte não devem ser afiadas. Alternativamente, as pulseiras de identificação podem ser feitas em tamanhos variados.

4.2 Os aspectos de conforto relacionados às pulseiras de identificação do paciente incluem:

- 4.2.1. Forma – não deve haver cantos, contorno ou bordas afiadas que possam irritar ou friccionar a pele.
- 4.2.2. Bordas – o material utilizado nas bordas da pulseira deve ser macio e liso para assegurar o conforto durante o uso prolongado. Isso inclui todas as bordas produzidas ao cortar o tamanho da pulseira.
- 4.2.3. Fixadores – os fixadores não devem pressionar a pele.
- 4.2.4. Material – o material da pulseira de identificação deve ser flexível, liso, impermeável, lavável e não alergênico.

4.3 As pulseiras de identificação devem ser:

- 4.3.1. Fáceis de limpar
- 4.3.2. Impermeáveis e resistentes a líquidos (sabão, detergentes, géis, sprays, esfregas, produtos de limpeza a base de álcool, sangue e outros líquidos corporais).
- 4.3.3. Projetadas de maneiras que permitam que os pacientes as lavem.
- 4.3.4. Fáceis de utilizar por todos os profissionais que possam ter a responsabilidade pela emissão, aplicação e verificação das pulseiras de identificação.

4.4 A pulseira de identificação não deve agarrar na roupa, no equipamento ou nos dispositivos, inclusive nos acessos venosos. Devendo ser:

- 4.4.1. Durável e não se desgastar durante toda a permanência do paciente no serviço de saúde, considerando a sua substituição, sempre que recomendada;
- 4.4.2. A impressão deve ser durável, impermeável, segura e inviolável;
- 4.4.3. O espaço disponível para a inserção dos dados do paciente deve ser adequado para que os identificadores do paciente sejam registrados de forma clara e inequívoca.
- 4.4.4. A mesma disposição, ordem e estilo da informação devem ser usados em todas as pulseiras de identificação do paciente de uma mesma unidade de saúde a fim de garantir a padronização. Isso facilita a leitura das pulseiras de identificação, evitando erros.



4.4.5. A data de nascimento deve ser registrada no formato curto como DD/MM/AAAA (por exemplo, 07/06/2005)

4.4.6. Deve ter espaço o suficiente para incluir nomes longos, nomes múltiplos e nomes hifenizados.

4.4.7. Os identificadores devem ter um tamanho e estilo de fonte de fácil leitura, devendo ser evitados o itálico, o estilo simulando o manuscrito e os tipos de fontes ornados. Uma fonte comum deve ser utilizada com tamanho mínimo entre 12 e 14 pontos.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

5.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30.08;

5.1.2. Fonte de recurso: 1600;

5.1.3. Programa de Trabalho: 30001.1030200852.202;

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. O fornecimento será efetuado a partir da solicitação da Unidade Requisitante, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

6.2. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, após emitida Nota de Empenho.

6.3. A entrega do objeto deverá ser efetuada no endereço e horários arrolados abaixo:

HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO – Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.625-630, de Segunda a Sexta-feira no horário de 09h:00m às 16h:00m.



6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;



9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

10.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

10.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

10.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa



ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
HIGOR DE BARROS PINTO	063.344	GESTOR TITULAR
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	063.343	GESTORA SUBSTITUTA
ANTONIO CARLOS SANT'ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
LUIZ PHELIPE CIDADE TRINDADE	063.273	FISCAL TITULAR
LÍVIA PESSOA FERREIRA	190.009	FISCAL SUBSTITUTO

13.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obrigação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Unidade Requisitante, os quais se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

15.2 - Comete infração administrativa quem:

15.2.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.2.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

15.2.3 - apresentar documentação falsa;

15.2.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.2.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.2.6 - não manter a proposta;

15.2.7 - cometer fraude fiscal;

15.2.8 - comportar-se de modo inidôneo;

15.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre

os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.4.1 - Advertência;

15.4.2 - Multa;

15.4.3 - compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela recusa em assiná-la, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.4.4 - compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.4.5 - moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão;

15.4.6 - moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão;

15.5.7 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.5.8 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

15.6 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

15.7 - As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.8 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 21 de agosto de 2023.

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Matrícula 063.344

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137